

## PROJETO INTEGRADOR EM DIREITOS HUMANOS: EDUCAÇÃO, FEMINISMO E CONDIÇÃO CARCERÁRIA DE MULHERES<sup>1</sup>

Edna Torres Felício<sup>2</sup>

Jacqueline Lopes Pereira<sup>3</sup>

Mariel Muraro<sup>4</sup>

### RESUMO

A partir da necessidade de desenvolvimento de educação em Direitos Humanos na formação de discentes do curso de Direito, orientamos o Projeto Integrador da Faculdade de Pinhais no primeiro semestre de 2019. Buscamos promover a reflexão sobre “Feminismos e a realidade da mulher no cárcere” a fim de despertar entre estudantes de graduação a empatia e a importância social do tema. Este artigo tem por objetivo retratar a experiência etnográfica pedagógica que teve como fio condutor a alteridade e se desenvolveu em atividades teóricas e práticas. Não obstante o projeto tenha envolvido uma visita ao complexo penal de Piraquara, no presente relato nos limitaremos a expor a experiência pedagógica com os(as) estudantes do curso de Direito antes e depois do levantamento de questões e dados sobre feminismo e direitos das mulheres encarceradas. A pergunta central deste trabalho é “qual foi o impacto entre os(as) discentes do Projeto Integrador em Direitos Humanos ao estudar o feminismo e dados sobre mulheres encarceradas?”. Para respondê-la, explicaremos em que consiste o Projeto Integrador; quais atividades foram realizadas e com que metodologia didática; e, por fim, “o que” e “de que modo” a turma se expressou ao final do semestre. O resultado que observamos nas falas dos(as) estudantes foi a mudança nos discursos sobre direitos humanos de mulheres em situação de cárcere, a compreensão do feminismo como um motor de mudança social e a difusão da alteridade e empatia através do uso e aplicação do termo “sororidade”.

**Palavras-chave:** Direitos humanos, Educação em Direitos Humanos, Feminismo.

---

<sup>1</sup> O relato de experiência é resultado de atividades desenvolvidas no “Projeto Integrador em Direitos Humanos” da Faculdade de Pinhais – FAPI, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, Paraná no primeiro semestre de 2019.

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela UFPR. Docente do Projeto Integrador de Direitos Humanos da FAPI (Pinhais). E-mail: [ednatorresfelicio.professora@gmail.com](mailto:ednatorresfelicio.professora@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestra em Direito pela UFPR. Docente do Projeto Integrador de Direitos Humanos da FAPI (Pinhais). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional do PPGD-UFPR (Projeto de Pesquisa “Virada de Copérnico”). Servidora Pública do TJPR. E-mail: [jacqueline.lopes10@gmail.com](mailto:jacqueline.lopes10@gmail.com).

<sup>4</sup> Doutora em Direito Penal pela UERJ. Mestre em Direito pela UFPR, especialista em Direito Penal e Criminologia Crítica pelo Instituto de Criminologia e Políticas Criminais (ICPC). Coordenadora do Curso de Bacharel em Direito e professora da FAPI (Pinhais). Advogada e Pesquisadora. E-mail: [mariel.muraro@fapi-pinhais.pro.br](mailto:mariel.muraro@fapi-pinhais.pro.br).

## INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2019, a turma de Projeto Integrador em Direitos Humanos da Faculdade de Pinhais, doravante “FAPI”, realizou série de atividades voltadas acerca do tema “feminismo”, sob a coordenação de três professoras (duas doutoras e uma mestra em Direito).

O projeto visa ao fortalecimento da Extensão na instituição de ensino superior e logrou êxito no envolvimento da turma composta por 44 estudantes que, divididos em grupos, leram textos da temática, arrecadaram material para doação a mulheres em situação de cárcere e realizaram visita ao Estabelecimento Prisional Feminino em Piraquara, Paraná.

A finalidade do presente artigo é descrever as atividades desenvolvidas, sob o recorte da educação em direitos humanos e, portanto, nesta oportunidade nos restringiremos a apresentar o ponto de vista das atividades pedagógicas realizadas com discentes de graduação.

Propomos responder à seguinte pergunta: *“Qual foi o impacto entre os(as) discentes do Projeto Integrador em Direitos Humanos ao estudar o feminismo e dados sobre mulheres encarceradas?”*.

Para isso, devemos contextualizar o(a) leitor(a) a respeito da proposta didática do “Projeto Integrador em Direitos Humanos” da FAPI, bem como a justificativa da escolha do tema “Feminismo e Direitos Humanos” adotado para a turma do primeiro semestre de 2019.

Em segundo lugar, descreveremos a forma como a pesquisa se concretizou nos encontros presenciais que ocorreram entre os meses de março e julho de 2019.

Por fim, demonstraremos as discussões presentes entre os(as) estudantes ao longo do semestre e, principalmente, a mudança de sua percepção ao entrarem em contato com a temática.

## METODOLOGIA

A fim de expor as atividades desenvolvidas no Projeto Integrador de Direitos Humanos realizado no primeiro semestre de 2019, este artigo adota a forma de relato exploratório de experiência etnográfica pedagógica entre estudantes participantes.

A “etnografia” é termo de significado controverso e ora o compreenderemos como forma de pesquisa qualitativa desenvolvida pela antropologia que pretende inserir o sujeito pesquisador no contexto das experiências vividas pelo grupo analisado. Sob o marco teórico

de Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, a etnografia consiste em processo dinâmico de pesquisa:

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formuladas ou recriadas para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador. (MATTOS, 2011, p. 50)

A etnografia no campo pedagógico permite que se relatem práticas de interação pedagógica e em contextos que destoam do modelo tradicional de educação “em sala de aula”.

Nossa perspectiva é, portanto, de três docentes: duas doutoras e uma mestra em Direito. O lugar de fala é de nossa posição como coordenadoras das atividades e condutoras das reflexões levadas à turma.

O presente trabalho é eminentemente descritivo e, através dele, pretendemos discorrer sobre as atividades pedagógicas construídas para enfrentamento do tema “Feminismos e a realidade da mulher no cárcere”. Serviu-nos como norte a metodologia de ensino por modelos ativos de aprendizagem como, por exemplo, a apresentação de relatórios de textos mediante “*PechaKucha*” (adiante explicado) e entrevistas entre os(as) estudantes. A nosso ver, tais metodologias visam ao exame crítico dos temas abordados, interação dos grupos e exercício da empatia.

A experiência pedagógica visava atingir os seguintes objetivos: (i) a educação em direitos humanos de modo ativo, consistindo na reflexão teórica sobre feminismo, situação de cárcere no Brasil e direito das mulheres; (ii) provocar nos(as) estudantes a conscientização de seu papel como agentes de informação e educação na sociedade a respeito do tema trabalhado; (iii) incentivo à percepção de empatia com mulheres em situação de cárcere; (iv) diálogo e conclusões da turma a partir da experiência etnográfica.

Como ferramentas de pesquisa, dispomos de textos normativos e teóricos, além do uso da plataforma de interação existente na instituição de ensino denominada “Google Classroom”, que permitiu o constante contato das professoras com a turma à distância.

## **O Projeto Integrador em Direitos Humanos**

O relato ora exposto retrata as atividades desenvolvidas no grupo de estudos denominado “Projeto Integrador em Direitos Humanos” da FAPI. Tal projeto tem o foco de concretizar ações voltadas à extensão do curso de Direito com o fim de atingir o espaço fora das salas de aula.

De acordo com a Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018 do Ministério da Educação, a “extensão” é importante frente de ação do ensino superior tanto para a matriz curricular dos cursos de graduação, quanto para a organização de pesquisa. O art. 3º da referida normativa dispõe:

*Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018b)*

Assim, levando em consideração a necessidade de abordagem interdisciplinar e de interação do curso de Direito da FAPI com a sociedade, oferecemos no primeiro semestre de 2019 a realização do projeto integrador de duração semestral voltado aos Direitos Humanos e que tivesse como tema central “Feminismos e a realidade da mulher no cárcere”.

A escolha deste tema resultou da intenção das docentes em estimular o exercício da empatia e da alteridade entre os(as) estudantes, bem como da constatação de que estes apresentavam uma compreensão parcial a respeito do termo “feminismo”.

Trabalhar essa temática é também dar efetividade ao objetivo de educação em direitos humanos, desenvolvimento da cidadania e prática das Diretrizes da Extensão no Ensino Superior, conforme a citada Resolução n. 7/2018 prevê em seu art. 6º:

*Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:*

*I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;*

*II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;*

*III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;*

*IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;*

*V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;*

*VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;*

*VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. (BRASIL, 2018b)*

Aliamos a tais diretrizes os objetivos de educação em direitos humanos sob o prisma da igualdade de gênero, direitos das mulheres e condição carcerária.

Outra justificativa para a escolha desse recorte de estudo decorre dos dados que giram em torno das muitas camadas de violação de direitos das mulheres na realidade brasileira e local. A título exemplificativo, citamos a 2ª edição do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN - Mulheres) que apurou o número de 42 mil mulheres em situação de cárcere em meados de junho de 2016 e que, além disso, tal dado representaria um aumento de 656% da população carcerária feminina no Brasil em comparação ao ano de 2000 (BRASIL, 2018a, p. 14).

Assim, publicamos edital para inscrição de estudantes a partir do 3º período do curso e, ao final do prazo, verificamos que havia 44 nomes registrados. Destes estudantes, 32 eram do sexo feminino e 12 eram do sexo masculino.

Em razão do número de inscritos, dividimos a turma em três grupos: 15 ficaram responsáveis pela arrecadação de materiais de higiene para doação a mulheres encarceradas; 15 foram sorteados para uma visita à penitenciária; e os demais ficaram com a tarefa de redigir um relatório final do projeto a partir de entrevista com um(a) aluno(a) que tenha participado da visita à unidade prisional.

Seguindo as normas internas da instituição de ensino, o projeto deveria ter 20 (vinte) horas e as organizamos em quatro encontros presenciais de 5 (cinco) horas cada.

### **Locais e datas das atividades**

O Projeto Integrador realizou-se em quatro encontros presenciais: três deles no prédio da FAPI (Av. Camilo di Lellis, 1065 - Centro, Pinhais - PR) e outro na Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – doravante “AFECE” (R. Paulo Turkiewicz, 316 - Tarumã, Curitiba - PR).

O primeiro encontro foi na FAPI no dia 30 de março de 2019 e consistiu na apresentação da ementa do grupo de pesquisa, debate sobre as atividades que seriam desenvolvidas e formação de grupos de trabalho para seminários no encontro seguinte.

A segunda aula também se realizou na instituição de ensino, ocorreu em 04 de maio de 2019, e os grupos apresentaram seminários, cuja descrição será verticalizada adiante.

A terceira reunião ocorreu em 25 de maio de 2019, também na FAPI, e a turma examinou redações de mulheres em situação de cárcere, que responderam à pergunta “*O que é ser mulher para você?*”.

O último encontro pedagógico realizou-se na AFECE no dia 1º de junho de 2019 e permitiu à turma conhecer o local da Organização Social, bem como a realizar atividade de reflexão sobre empatia e alteridade. O motivo de o encontro ter se dado neste espaço decorreu em razão de uma das alunas da classe ter cargo administrativo de direção nessa instituição, que é referência local e nacional no atendimento de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica. Por conta disso, a AFECE dispõe de espaço e equipe para dinâmicas em torno de direitos humanos e vulnerabilidades.

Além dessas quatro aulas, em 05 de julho de 2019, 15 estudantes foram sorteados para realizar uma visita ao Estabelecimento Prisional Feminino em Piraquara, Paraná.

### **Atividades didáticas e ferramentas usadas**

O Projeto Integrador exige que ao final do semestre seja atribuída uma nota a cada estudante participante e, em vista disso, elaboramos um conjunto de atividades no decorrer do semestre para distribuição dos pontos.

Uma das principais ferramentas usadas para o desenvolvimento das atividades foi a plataforma “*Google Classroom*”, que é disponibilizada pela instituição de ensino em decorrência de parceria firmada com a “Google”. Através desse sistema, as docentes podem interagir remotamente com a turma, enviando atividades, materiais e deixando recados que chegam aos e-mails institucionais de cada um.

No primeiro encontro, orientamos a turma para que se dividisse em grupos de cinco a sete componentes e designamos a cada equipe a tarefa de leitura de um dos seguintes textos selecionados.

O Grupo 1 responsabilizou-se por relatar as *Regras de Bangkok* (BRASIL, 2016); o Grupo 2 tratou do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres* (BRASIL, 2018a); o Grupo 3 relatou o texto *Mulheres encarceradas por tráfico de drogas no*

*Brasil*: as diversas faces da violência contra a mulher (ARGÜELLO; MURARO, 2018); o Grupo 4 examinou a monografia *Violências (re)veladas: o simbolismo de gênero e o exercício da maternidade no sistema penal-penitenciário brasileiro* (KANT, 2018); o Grupo 5 realizou a leitura do livro *Sejamos todos feministas* (ADICHIE, 2014); o Grupo 6 relatou trecho da obra *Mulheres, raça e classe* (DAVIS, 2016. p. 30-39); o Grupo 7 apresentou outros dois capítulos do livro *Mulheres, raça e classe* (DAVIS, 2016. p. 40-54 e p. 125-143); por fim, o Grupo 8 analisou parte do estudo intitulado *A mulher encarcerada em face do poder punitivo* (ESPINOZA, 2004. p. 48-87).

Os textos foram disponibilizados aos grupos e, para obtenção de 2,0 (dois) pontos, os componentes deveriam individualmente redigir um resumo até o dia 04 de maio 2019 a ser entregue via sistema “*Google Classroom*”. Além disso, as equipes tiveram de escolher um(a) aluno(a) como porta-voz para apresentar para a turma a síntese do texto atribuído. Esse(a) relator(a) foi isento da entrega do resumo individual, porém, deveria se atentar ao formato de apresentação “*PechaKucha*” sob o valor de 2,0 (dois) pontos ao coletivo.

Lançamos o desafio dessa diferenciada forma de seminário a fim de estimular o trabalho em equipe, capacidade oratória e domínio de conteúdo aos(às) estudantes. O “*PechaKucha*” consiste em método de apresentação de trabalhos criado no Japão e que pode utilizar imagens ou *slides* através do programa *Power Point* e que tem como objetivo a transmissão da mensagem em 20 (vinte) *slides* com o tempo limitado de 20 (vinte) segundos cada, resultando em 6 (seis) minutos e 40 (quarenta) segundos (LEHTONEN, 2011, p. 467).

As oito equipes nos surpreenderam com o comprometimento e capacidade de síntese através dessa metodologia ativa, cujos resultados descreveremos no próximo item.

Na reunião seguinte à apresentação do “*PechaKucha*”, a turma se encontrou na FAPI em 25 de maio de 2019 para organizar os grupos que iriam visitar a Penitenciária Feminina. Nesse encontro, os(as) estudantes leram redações de mulheres em condição de cárcere em resposta à pergunta “*O que é ser mulher para você?*”. Essas redações foram parte de um questionário elaborado pelas docentes e aprovado em reunião com a direção da Penitenciária Feminina de Piraquara, o qual foi preenchido por dez mulheres encarceradas em regime de “seguro”. Essas mulheres são aquelas em especial sobreposição de vulnerabilidades, pois além da condição de encarceramento, não são aceitas pela massa carcerária por terem praticado crimes contra crianças ou idosos, como infanticídio ou estupro.

A partir da leitura das redações dessas mulheres e das apresentações ocorridas na aula anterior, provocamos uma reflexão sobre empatia, sororidade e alteridade.

O termo “sororidade” ganhou destaque na atividade com a turma. Ressalta-se que a origem da palavra é atribuída à autora Kate Millet pela palavra inglesa “*sisterhood*”, difundida por feministas francesas como “*sororité*” em meados da década de 1970 (FERRERO, 2017). A autora mexicana Marcela Lagarde define o termo da seguinte forma:

*La sororidad es una dimensión ética, política y práctica del feminismo contemporáneo. Es una experiencia de las mujeres que conduce a la búsqueda de relaciones positivas y a la alianza existencial y política, cuerpo a cuerpo, subjetividad a subjetividad con otras mujeres, para contribuir con acciones específicas a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y al empoderamiento vital de cada mujer.* (LAGARDE, 2009, p. 126)

Tendo como ponto de partida o conceito de “sororidade” como busca pela eliminação de discriminação e opressão, a turma selecionou algumas “palavras-chave” das redações que se aliassem ao conceito, tais como: “mulheres guerreiras”, “mulher independente”, “cuidado com os filhos”, “dupla jornada”, “não submissão à violência” e “amor”.

Ao final dessa terceira reunião, distribuímos a turma em grupos aos quais foram dadas diferentes tarefas de arrecadação de produtos de higiene e limpeza para doação a mulheres em condição de cárcere na Penitenciária de Piraquara, bem como organizar o grupo que faria a visitação ao estabelecimento prisional, limitado a 15 estudantes.

Em 1º de junho, com a parceria do psicólogo Leandro de Andrade da AFECE, desenvolvemos junto à turma atividades em uma oficina sobre empatia. Esse encontro foi realizado na sede desta Organização da Sociedade Civil, que disponibilizou o espaço e equipe em razão de uma das alunas da classe ter cargo administrativo de direção nessa instituição. O espaço da atividade foi uma sala em formato de hexaedro com capacidade para comportar cerca de 60 pessoas em círculo.

A atividade consistiu em uma roda de conversa e atividades de mímica, desenhos e momento de reflexão sobre o quanto a discriminação pode limitar o alcance de empoderamento de todo ser humano. O condutor da dinâmica inicial trouxe em *slides* alguns retratos e os(as) estudantes foram questionados sobre quais seriam suas impressões a respeito da pessoa apresentada.

As imagens pareceram surpreender alguns discentes, pois em alguns casos a pessoa retratada com um uniforme de trabalho informal (encanador, faxineira, etc.), era, em verdade, uma profissional da área médica.



A segunda dinâmica mostrava três dados em cima de uma mesa e a turma deveria adivinhar qual número estaria na face oculta. Para a surpresa dos(as) estudantes, um dos dados repetia um número das demais faces, outro não apresentava qualquer sinalização e, um último, era simplesmente oco.

Em seguida, o condutor selecionou algumas das participantes da atividade e colou em suas costas uma palavra que representava uma personalidade famosa da mídia ou um sentimento. Essas pessoas deveriam circular pela sala enquanto os que haviam permanecido em roda faziam mímicas para aquela conseguir adivinhar “quem” estaria representando.

Por fim, o psicólogo Leandro de Andrade entregou a todos papel e caneta para que desenhassem o que ele descreveria. Ele leu a descrição de um “monstro” e vimos que cada um dos envolvidos fez um desenho diferente, ainda que com base na mesma narrativa.

Com base nessas dinâmicas, problematizamos a experiência da alteridade no sentido de que cada indivíduo teve sua visão particular acerca das imagens, das faces dos dados, da empatia com quem não sabia o conteúdo do papel em suas costas e a evidente diferença de percepção de mundo que cada um tem com base em um mesmo evento.

Avançamos o questionamento à turma para pensar na interseccionalidade que leva grupos de pessoas sofrerem com mais intensidade o preconceito e a falta de empatia, tal é o caso de mulheres em condição de cárcere que também são negras, provenientes de regiões metropolitanas mais pobres e, ainda, que tenham cometido crimes desprezados pela própria massa carcerária (por exemplo, o infanticídio).

Na mesma data, sorteamos 15 estudantes que compareceriam à visita na Penitenciária Feminina. Por razões de segurança e disponibilidade, a diretoria do referido estabelecimento sugeriu esse número máximo de estudantes e, diante da limitação de número e tempo para conclusão do projeto semestral, decidimos por fazer o sorteio. Os estudantes que não foram contemplados(as) e que não estavam no grupo de arrecadação de materiais deveriam se reunir para, após a visitação, fazer uma entrevista exploratória com um(a) dos(as) colegas visitantes.

Em 05 de julho de 2019, entre 13h30 e 17h00, ocorreu a visita à Penitenciária Feminina no município de Piraquara e, ao retornarmos à FAPI, fizemos uma roda de conversa para que os(as) participantes relatassem quais foram suas impressões. Tal atividade foi gravada e disponibilizada via “*Google Classroom*” para toda a turma.

Em seguida, orientamos como deveria ser conduzida a entrevista que os demais faziam aos(às) colegas que visitaram o estabelecimento prisional. Tal atividade teve valoração de 4,0 (quatro) pontos, sendo que cada aluno(a) deveria elaborar duas perguntas sobre a experiência da visitação.

Por fim, o restante da pontuação referente ao semestre do projeto integrador decorreu de “Autoavaliação”. Esta foi transposta em um questionário da plataforma “*Google forms*” e postada à classe a fim de que, individualmente, o(a) estudante pensasse sobre seu desempenho semestral. Havia cinco perguntas: “1. *Qual é o seu nome completo?*”; “2. *Você integrou qual dos grupos?*”; “3. *Você participou do planejamento da atividade de seu grupo? De que modo?*”; “4. *Como você participou da execução do trabalho designado ao seu grupo?*”; “5. *Tendo em vista suas respostas aos itens anteriores, em uma escala de 0 a 2, que nota você atribui ao seu desempenho no projeto integrador de direitos humanos nesse semestre?*”.

Feita a síntese da metodologia de avaliação utilizada, passamos a relatar a seguir os resultados e discussão decorrentes do Projeto Integrador em Direitos Humanos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da descrição de atividades e ferramentas pedagógicas usadas, ora apresentamos os resultados de cada uma das reuniões, com ênfase na busca em responder à pergunta que norteia este relato de experiência: “*qual foi o impacto entre os(as) discentes do Projeto Integrador em Direitos Humanos ao estudar o feminismo e dados sobre mulheres encarceradas?*”.

Na atividade de “*PechaKucha*”, os fichamentos e apresentações atenderam às expectativas das docentes e notamos certo nervosismo no momento da exposição individual em sala. Pensamos que o desafio do controle do tempo de cada imagem e necessária síntese para a compreensão dos demais colegas foram fatores que contribuíram para essa impressão.

No que concerne ao conteúdo das apresentações, percebemos que os grupos relatores de textos teóricos (Grupos “3” a “8”) enfatizaram que antes da leitura não sabiam da complexidade e diferentes tons que expressam os feminismos. Observamos que os capítulos do livro de Angela DAVIS (2016) e também a obra de Chimamanda ADICHIE (2014) evidenciaram à turma que a história do feminismo é atravessada pela interseccionalidade de raça e classe que molda o processo de formação e fortalecimento de direitos.

Sobre essa dinamicidade dos direitos humanos, é interessante o ponto de vista de Joaquín Herrera Flores, que os considera “*processos institucionais e sociais que possibilitam a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana.*” (FLORES, 2009, p. 18). Nesse sentido, vimos que a conquista pela igualdade de gênero e garantia de direitos às mulheres é processo não acabado e gradual perpassado por avanços, retrocessos e contrapesos inclusive entre as próprias mulheres.

A turma se mostrou inquieta com as apresentações dos capítulos da obra de Angela Davis, especialmente quando, ao tratar do aspecto histórico da conquista pelos direitos civis, notaram que as mulheres brancas de classe média do norte dos Estados Unidos foram favoráveis à liberação dos escravos, contudo, foram contrárias à concessão do direito ao voto para os homens negros, enquanto a elas próprias tal direito fosse negado (DAVIS, 2016, p. 57).

Nesse trilhar, vimos a pertinência de recomendar à turma que assistisse a reprodução do famoso discurso “*Ain’t I a woman*” de Sojourner Truth, citado por DAVIS (2016, p.50), no qual em 1851 a ex-escrava questiona a diferença de tratamento entre mulheres negras escravizadas e mulheres brancas de classe média da época:

Eu lavrei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me!  
E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem  
– quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher?  
Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a  
escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me  
ouviu! E não sou eu mulher? (TRUTH, 1851 apud DAVIS, 2016, p. 50)

A interseccionalidade dos direitos das mulheres que é problematizada por algumas correntes do feminismo esteve presente nas discussões que seguiram aos “*PechaKucha*”, especialmente após a apresentação do seminário que tratou do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres*. O grupo responsável por expor esses dados ressaltou que 62% da população feminina carcerária no Brasil é composto por mulheres negras (BRASIL, 2018a, p. 40).

Esses dados impactaram sobremaneira a turma e a levou a questionar o porquê da falta de efetividade da lei formal e também de normas de direitos humanos internacionais, como é o caso das Regras de Bangkok, apresentada pelo Grupo 1.

Os debates foram intensos e, ainda que com o exame desses dados concretos, percebemos que o assunto demandaria o exercício da alteridade.

Por isso, no segundo encontro entregamos aos estudantes textos escritos por mulheres encarceradas respondendo à pergunta “*O que é ser mulher?*”. Tais textos eram anônimos, decorrentes de um questionário elaborado pelas professoras com a aprovação da diretoria da Penitenciária Feminina de Piraquara e começaram a despertar a empatia da turma com a condição de mulheres encarceradas no regime de seguro.

No terceiro encontro, as oficinas realizadas pelo psicólogo Leandro de Andrade da AFECE trouxeram a integração da turma. Notamos que alguns estudantes que não haviam

ainda criado vínculo entre si, após a atividade de interação, mostraram-se receptivos ao fortalecimento do grupo.

Introduzimos a noção de “sororidade” após as dinâmicas de empatia e alteridade, cujo significado citado acima se refere à dimensão ética, política e prática da união entre mulheres com o objetivo de buscar igualdade de gênero em sentido material, com eliminação de qualquer forma de discriminação ou opressão (LAGARDE, 2009, p. 126).

Com essas informações e vivências em mente, os 15 estudantes sorteados para a visita à Penitenciária Feminina encararam tal realidade com olhar de reconhecimento do “outro” (*alter*) e com a consciência da seletividade que afeta a população carcerária.

A tarde de visita à Penitenciária contou com a disponibilização de um ônibus da Prefeitura do Município de Pinhais para o deslocamento dos discentes e teve a duração de 4 (quatro) horas entre a saída e retorno.

No Complexo Penitenciário, fomos acompanhadas por agentes carcerárias e por representantes do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná. Conforme ressaltamos ao início deste trabalho, nesta oportunidade não descreveremos o conteúdo da visita em razão da pendência de análise desses relatos por Comitê de Ética a fim de que seja viabilizada a sua publicação em meio científico.

Sob o âmbito pedagógico, notamos que o retorno da visita foi mais silencioso do que a ida. As expressões dos(as) estudantes era de reflexão sobre suas expectativas anteriores e realidade acompanhada tão de perto.

Ao retornarmos à FAPI, fizemos uma breve reunião que foi gravada por recursos de áudio e questionamos quais teriam sido as principais sensações da turma a respeito da visita, sempre com o resgate da perspectiva teórica de feminismo estudada nos encontros anteriores. Ora sintetizamos alguns dos relatos registrados.

A professora Mariel Muraro – que advoga na área criminal – relatou ter saído com a sensação de “*angústia*” e que se sente “*incomodada*” pelo fato de ter de retornar. A professora Jacqueline Lopes Pereira também destacou “*eu, com todos os privilégios que tenho [...] o que posso fazer para não ver cenas como essa?*”.

Uma das alunas deixou claro em seu discurso a noção de alteridade e sororidade “*são gente como a gente [...] é uma realidade que não é a que vivemos*”. Outra aluna, ainda, relatou que antes da visita estava “*com medo*” e que “*essas pessoas poderiam ser minha mãe, poderiam ser a sua [...]*”. Também ouvimos nos discursos a expressão “*choque de realidade*” e “*impactante*”.

O áudio foi disponibilizado à turma e ao grupo responsável pelo relatório e entrevista dos(as) demais colegas.

A quem não pode comparecer à atividade presencial, tampouco fez parte do grupo de arrecadação de doações, foi designada a tarefa de entrar em contato a quem visitou a penitenciária feminina para formular duas perguntas, conforme relatado no item anterior.

Para isso, foi aberta nova “Tarefa” via “*Google Classroom*” com o prazo de 4 dias para sua conclusão. Todos responderam dentro do prazo estipulado e percebemos que as perguntas formuladas foram abertas para questionar o sentimento dos(as) colegas que participaram da visita, bem como possíveis reações percebidas das mulheres encarceradas.

A análise dos relatórios de entrevista evidenciou para nós a vontade partilhada de todos em ir à visita presencial e também verificamos o resultado do processo de aprendizagem, que é o fio condutor do Projeto Integrador.

Um dos relatórios de entrevista salientou a perspectiva do impacto na futura vida profissional desses estudantes. Vejamos neste trecho, em que suprimimos o prenome dos(as) estudantes envolvidos:

*Então pergunto, muito tem a curiosidade de saber como é lá [sic], e R. responde: lá não é ambiente de curiosos, de passeio, e sim um ambiente de reflexão, de compaixão ao próximo, de valor a vida e a liberdade, é não saber quais são reais motivos do resultado encontrado por aquelas mulheres. Questiono, o que de crescimento acadêmico você trouxe? E ele fala: temos que ser mais que simples advogados, lá eles são pacientes.*

Nesta outra entrevista, a aluna questionada evidenciou seus sentimentos acerca da experiência vivida:

*Experiência ímpar! Cheguei lá com uma opinião absorvida do senso comum, de que as criaturas que lá se encontram eram verdadeiros monstros. A ida até lá desconstruiu esse ponto de vista e me fez enxergar a situação de modo diferente. São mulheres que estão lá por consequência de atitudes mau [sic] pensadas, de escolhas erradas, mas que são seres humanos assim como nós e passíveis de erro. Que sentem dor, sofrem, choram e têm sentimentos...*

Após a entrega das entrevistas via sistema *Google Classroom*, realizamos o fechamento das notas do projeto integrador, que foram todas acima da média institucional (7,0 pontos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos quatro encontros presenciais e na visita à Penitenciária Feminina no âmbito do Projeto Integrador da FAPI realizado no primeiro semestre de 2019 fomos envolvidas na experiência de educação ativa em direitos humanos.

Nesse momento, vamos propor uma resposta à pergunta lançada ao início deste trabalho: *“qual foi o impacto entre os(as) discentes do Projeto Integrador em Direitos Humanos ao estudar o feminismo e dados sobre mulheres encarceradas?”*.

Nossa percepção extrapola a formalidade da média de pontuação alcançada pelos discentes: vimos uma transformação na turma do início ao fim do semestre e, como docentes e pesquisadoras engajadas em temas de direitos humanos, ficamos muito satisfeitas com o empenho e dedicação demonstrado por todos(as).

Foi perceptível a mudança na compreensão sobre feminismo(s) e no quanto a experiência do cárcere impacta na vida de mulheres condenadas. Observamos a sororidade e alteridade na prática e discursos transversais às atividades, principalmente no momento de entrevista sobre as experiências vividas.

O Projeto Integrador segue com suas atividades em temáticas sobre Direitos Humanos e pretendemos realizar evento que possa expor os relatos e vivências da turma do primeiro semestre de 2019 a todas as turmas do curso de Direito da FAPI.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos às mulheres encarceradas que participaram das oficinas por terem nos ensinado muito sobre nós mesmas e por terem mostrados aos nossos estudantes que o Direito está interligado com a alteridade e com o humanismo.

Agradecemos à diretora e à vice-diretora da Penitenciária Feminina de Piraquara, Alessandra Antunes do Prado e Juliana Heindyk Duarte, pela concretização do projeto e autorização das visitas ao estabelecimento prisional.

Agradecemos à Janaina Baptista da Luz e ao Boanerges Silvestre Boeno Filho, do Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN-PR) por todo o apoio à formalização da parceria.

Agradecemos às pedagogas Antoliana Pestana Tantos e Eliz Silvana de Freitas Kappaum, pelo acompanhamento e recolhimento das redações das mulheres em situação de cárcere.

Agradecemos à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial (AFECE) nas pessoas de sua diretora Maira Tavares de Oliveira e do psicólogo da Leandro de Andrade pela disponibilização do espaço e realização das dinâmicas com os estudantes.

Por fim, agradecemos todo o corpo discente envolvido no projeto: Aldrynn Caroline Biora Taborda; Anderson Soares Corato; André Baxuk Ciriaco; Bruno Chicoski Costa; Clarice Dalmaso Kunpel; Crhistoffer Henrique Cosenza Lino; Danielle de Oliveira de Lima; Débora Cristina Pereira; Elijeane Mariano De Souza; Ellen Graziane Martins Teodoro; Fabiana de Souza Araujo; Fernanda Costa da Silva Oliveira; Fernanda Teixeira Blum; Flavia Dias de Carvalho; Gislane Ferreira da Costa; Gustavo Lima dos Santos; Hevelin Portes; Jamillis Jeorgia Palmeira Rodrigues Gomes; Jessica Alves da Silva Lobo; Jessica Gonçalves Pimenta Amaro; Julia de Melo do Prado; Kamila Mariane Carbonera; Letícia de Souza Francisco; Lucas André Mello de Lima; Maira Tavares de Oliveira; Marcio Jose Caldeira Ribeiro; Maria Emilia Mendes de Paula; Maria Izabel Sanches; Mariana Sandri Zermiani; Matheus Wachtel Washov; Michele Laura Gomes Carvalho; Nathalia Mendes Santana; Nathalya Yasmin Costa Oliveira; Nayla Sousa Padilha Coradassi; Petra Evangelista da Silva; Rhana Eduarda Amourim Groff; Roosevelt Marcio Staes; Rubens Danielski; Rubens Gomes de Souza Junior; Sergio Augusto Maciel Junior; Soraia Jabbar Drehmer; Thays Hermann Ferreira; Valeria Scheffelmeier dos Santos; e Veida Larissa De Azevedo.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARGÜELLO, Katie; MURARO, Mariel. *Mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Brasil: as diversas faces da violência contra a mulher*. Disponível em: <[https://carceropolis.org.br/static/media/publicacoes/Mulheres\\_encarceradas\\_2015.pdf](https://carceropolis.org.br/static/media/publicacoes/Mulheres_encarceradas_2015.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres*. 2. ed. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. *Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras*. Brasília: Conselho

Nacional de Justiça, 2016. Disponível em:  
<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*, Brasília, DF, dez. 2018. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 29 ago. 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCRIM, 2004. p. 48 a 87.

FERRERO. O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017. *El País*, São Paulo, 12 de jul. de 2017. Disponível em:  
<[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850\\_128936.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850_128936.html)>. Acesso em: 05 set. 2019.

FLORES, Joaquín Herrera. *A (re)invenção dos direitos humanos*. Trad. Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias (Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009).

KANT, Nicole T. P. *Violências (re)veladas: o simbolismo de gênero e o exercício da maternidade no sistema penal-penitenciário brasileiro*, 2018, 39 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em:  
<<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62855/NICOLE%20TALUSSA%20POLIDORIO%20KANT.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 set. 2019.

LAGARDE, Marcela. *La política feminista de La sororidad*. In: *El Periódico Feminista*, 11 jun. 2009. Disponível em: <<https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

LEHTONEN, Miikka. Communicating Competence Through PechaKucha Presentations. In: *Journal of Business Communication*, v. 48(4), 2011, p. 464–481. doi:10.1177/0021943611414542. Disponível em:  
<[https://www.researchgate.net/publication/254121027\\_Communicating\\_Competence\\_Through\\_Pechakucha\\_Presentations](https://www.researchgate.net/publication/254121027_Communicating_Competence_Through_Pechakucha_Presentations)>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MATTOS, Carmén L. G. de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmén L. G. de; CASTRO, Paula A. de. *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.